



O Papel da Polícia Militar do Estado do Paraná na Promoção da Segurança Pública

The Role of the Paraná State Military Police in the Promotion of Public Security

Eliseu Broboski Neves

Resumo: Este projeto de pesquisa explora o papel da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) na promoção da segurança pública, analisando sua evolução histórica, abordagens operacionais e os desafios éticos e institucionais que enfrenta. O estudo parte do entendimento de que a segurança pública é um direito social essencial, e a ação da PMPR impacta de maneira significativa a sensação de proteção, a manutenção da ordem social e a afirmação da cidadania. O principal objetivo é realizar uma análise crítica de como a instituição tem se estruturado e respondido frente aos desafios atuais da criminalidade, das inovações tecnológicas e da necessidade de resguardar os direitos fundamentais dos cidadãos. A metodologia utilizada é qualitativa e se baseia em uma revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados entre 2015 e 2025. As fontes foram categorizadas em três eixos temáticos: histórico-institucional, técnico-operacional e ético-institucional. Espera-se identificar avanços significativos na utilização de tecnologias como videomonitoramento e inteligência artificial, melhorias na eficiência das ações ostensivas e preventivas, além da urgência em superar práticas autoritárias e discriminatórias. O estudo também sugere recomendações para aprimorar a formação profissional, fortalecer o policiamento comunitário e promover uma cultura organizacional que priorize a ética, a legalidade e o respeito aos direitos humanos. A pesquisa almeja contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança que sejam mais democráticas, integradas e socialmente responsáveis no estado do Paraná.

Palavras-chave: Polícia Militar do Paraná; segurança pública; direitos humanos.

Abstract: This research project examines the role of the Paraná State Military Police (PMPR) in promoting public security by analyzing its historical evolution, operational approaches, and the ethical and institutional challenges it faces. The study is based on the understanding that public security is a fundamental social right and that the actions of the PMPR significantly influence citizens' sense of safety, the maintenance of public order, and the strengthening of citizenship. The primary objective is to conduct a critical analysis of how the institution has been structured and how it has responded to contemporary challenges related to crime, technological innovation, and the protection of citizens' fundamental rights. The research adopts a qualitative approach based on a literature review of academic articles, legislation, institutional reports, and official documents published between 2015 and 2025. The sources were organized into three thematic categories: historical-institutional, technical-operational, and ethical-institutional. The expected findings include significant advances in the use of technologies such as video surveillance and artificial intelligence, improvements in the effectiveness of preventive and proactive policing, and the urgent need to overcome authoritarian and discriminatory practices. The study also proposes recommendations to enhance professional training, strengthen community policing, and promote an organizational culture that prioritizes ethics, legality, and respect for human rights. Ultimately, this research seeks to contribute to the development of public security policies that are more democratic, integrated, and socially responsible in the State of Paraná.

Keywords: Paraná State Military Police; public security; human rights.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos pilares fundamentais do Estado democrático de direito, sendo um direito essencial garantido pelo artigo 144 da Constituição Federal. No estado do Paraná, a Polícia Militar exerce uma função vital como entidade responsável por manter a ordem pública e proteger a vida e a integridade dos cidadãos. Seu trabalho vai além do simples patrulhamento visível, englobando aspectos mais abrangentes que incluem planejamento estratégico, aplicação de tecnologias, envolvimento da comunidade e colaboração com outras instituições dentro do sistema de justiça e segurança.

A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) começou sua trajetória com a formação da Guarda Policial em 1854, estabelecendo-se como uma instituição fundamental para o controle social e a proteção da soberania do Estado diante das mudanças urbanas e do aumento da população. A evolução dessa corporação representa os variados períodos de segurança pública no Brasil, incluindo a militarização das forças policiais, iniciativas contra a criminalidade e a busca por maior profissionalismo e aceitação social.

Com a crescente complexidade dos fenômenos criminais no século XXI, especialmente nas áreas urbanas, novos desafios surgem para a segurança pública, demandando das forças policiais uma atuação que seja eficaz e baseada em estratégias inteligentes. Nesse contexto, a PMPR tem se destacado ao implementar políticas de policiamento modular e utilizar tecnologias como reconhecimento de placas e sistemas de inteligência artificial, aumentando sua capacidade de resposta aos índices de violência (Schwambach, 2024).

Portanto, este estudo se justifica pela urgência de entender, de uma perspectiva científica, como a PMPR desempenha sua função na promoção da segurança pública no Estado, levando em conta as mudanças estruturais, operacionais e tecnológicas da instituição. A proposta é avaliar de forma crítica como as ações da PMPR ajudam na prevenção da violência, na preservação da ordem e no fortalecimento da cidadania, considerando os princípios da Constituição e as novas abordagens relativas à segurança (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

Este estudo tem como alvo a Polícia Militar do Estado do Paraná, concentrando-se em sua atuação na segurança pública estadual. A pesquisa se baseará em fontes acadêmicas, informações institucionais e documentos oficiais acessíveis, com foco no período entre 2010 e 2025. A metodologia será qualitativa, destacando a interpretação de textos científicos e normativos (Neppel, 2024).

A abordagem a ser utilizada será a pesquisa bibliográfica, buscando autores e referências que discutem a atuação da Polícia Militar do Paraná, a segurança pública enquanto uma política do Estado, as tecnologias empregadas na vigilância e as teorias que fundamentam o controle social no Brasil. As obras analisadas

possibilitarão uma compreensão dos aspectos históricos, legais, tecnológicos e sociológicos que definem o papel da Polícia Militar paranaense (Figueiredo, 2017).

A importância científica desta pesquisa reside na oportunidade de auxiliar nas discussões acadêmicas e institucionais relacionadas à segurança pública e à administração policial. Através da análise das estratégias empregadas pela PMPR, o estudo visa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que sejam mais eficientes, socialmente conscientes e fundamentadas no direito, aptas a lidar com os desafios atuais da criminalidade e da violência nas cidades.

A questão central desta investigação é: de que forma a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná influencia a efetividade da segurança pública, levando em conta os desafios sociais, tecnológicos e institucionais presentes na realidade paranaense? A partir dessa indagação, a análise dos dados e dos fundamentos teóricos. A atividade policial atual vai além da mera repressão a delitos, englobando a administração da informação, a prevenção por intermédio da inteligência territorial e a interação com a comunidade. A PMPR tem implementado projetos nessa direção, evidenciando uma inclinação para a profissionalização e o aprimoramento das ferramentas técnicas para combater a criminalidade (Lima, 2021).

A aplicação da inteligência artificial, por sua vez, tem sido adotada como uma abordagem para análise preditiva e vigilância em tempo real. Esses avanços tecnológicos não só aumentam a eficácia das operações, mas também revolucionam a abordagem convencional de policiamento, inserindo a PMPR em um novo modelo de atuação fundamentado na análise de dados e na administração digital (Catanni, 2024).

A aplicação de recursos em centros de comando e controle, na intersecção de bancos de dados e em sistemas de alerta automáticos, sinaliza um progresso na competência institucional da PMPR. Essa transformação aumenta a exatidão nas decisões operacionais e fortalece a ideia de uma polícia baseada em evidências (Flores, 2021).

Entretanto, a atualização tecnológica não deve acontecer sem uma formação ética e cívica. A atuação da Polícia Militar precisa se fundamentar em valores que respeitem os direitos humanos, garantam a proporcionalidade no uso da força e observem a legalidade. O grande desafio da instituição é harmonizar a eficácia tática com a confiança da sociedade e a integridade de suas funções (Zwir; Cavalheiro, 2022).

Dentro do âmbito jurídico-constitucional, a atuação da PMPR deve respeitar os limites estabelecidos pelo Estado democrático, considerando que a manutenção da ordem pública é um instrumento, e não um objetivo em si. A função policial requer um controle social formal e mecanismos de responsabilização, sob risco de continuar com abusos históricos (Silva, 2015).

A atuação proativa da Polícia Militar do Paraná, por meio de iniciativas como o PROERD e o policiamento comunitário, tem demonstrado ser eficiente na criação de laços entre a corporação e a comunidade. Essa abordagem aproxima os policiais dos cidadãos, diminui a sensação de insegurança e reforça as redes de apoio social (Minayo; Adorno, 2013).

A colaboração entre as forças de segurança estaduais, municipais e federais, através de sistemas de dados e protocolos operacionais compartilhados, configura uma abordagem estratégica essencial para a segurança pública no Paraná. Essa interação cooperativa diminui a dispersão das atividades, aprimora a utilização dos recursos e possibilita respostas mais ágeis e coesas às necessidades da sociedade.

A função da PMPR enquanto agente de segurança deve ser compreendida também sob a perspectiva da dinâmica das áreas urbanas. O aumento populacional nas cidades, as disparidades sociais e a elevação das taxas de criminalidade exigem que a corporação atue de maneira contextualizada, voltando-se para áreas mais vulneráveis e desenvolvendo estratégias que se adequem às particularidades locais (Bonamigo; Pedro; Melgaço, 2016).

A avaliação do trabalho da Polícia Militar do Paraná demanda uma perspectiva crítica, que considere as discordâncias entre militarismo e democracia, controle e liberdade, além de segurança e cidadania. Este estudo visa enriquecer essa discussão, sugerindo direções para uma segurança pública que seja mais eficaz, ética e respeitosa com a dignidade humana.

O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Contexto Histórico e Evolução da Atuação da Polícia Militar do Paraná

A trajetória da Polícia Militar do Estado do Paraná tem suas origens no século XIX, com a fundação da Força Policial Paranaense, que estava ligada à antiga Província do Paraná. Essa corporação foi estabelecida com o objetivo de assegurar a ordem pública e a proteção do território provincial, durante um período de instabilidade política e reestruturação do Estado imperial brasileiro. Desde sua criação, a instituição passou por diversas mudanças em sua estrutura e regulamentação, afirmando-se como um componente essencial do sistema de segurança pública (Sampaio, 2018).

Na Primeira República, a Polícia Militar passou a atuar como uma força auxiliar das Forças Armadas do Brasil, fazendo parte das estratégias de defesa e segurança pública dos governos locais. Essa conexão com a estrutura militar conferiu à corporação características organizacionais e operacionais fundamentadas em hierarquia, disciplina e uma gestão vertical, aspectos que ainda estão presentes na estrutura atual da PMPR e impactam sua atuação em períodos democráticos (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

A Constituição Federal de 1988 instituiu a segurança pública como uma obrigação do Estado e um direito do cidadão, criando um novo modelo de operação para as forças de polícia. Nesse contexto, a Polícia Militar do Paraná foi integrada ao sistema estadual de segurança, assumindo a tarefa de realizar o policiamento

ostensivo e manter a ordem pública, sob supervisão e regulamentação civil, o que ampliou a demanda por profissionalização e humanização em suas atividades (Silva, 2015).

Nos últimos trinta anos, a PMPR tem se destacado por sua capacidade de se adaptar gradualmente aos desafios urbanos, sociais e tecnológicos. O aumento da população, a complexidade dos delitos e a exigência de respostas ágeis exigiram que a instituição revisse suas práticas operacionais, implementando estratégias fundamentadas em planejamento territorial, inteligência policial e engajamento comunitário (Bonamigo; Pedro; Melgaço, 2016).

O crescimento urbano de cidades como Curitiba, Londrina e Maringá demandou uma nova estrutura territorial para as unidades da Polícia Militar do Paraná, levando à expansão dos batalhões e à descentralização dos comandos regionais. Essa reestruturação teve como objetivo aumentar a eficácia da presença policial, abrangendo áreas com vulnerabilidade social e garantindo uma resposta rápida a situações de emergência, principalmente em regiões metropolitanas e em áreas periféricas (Nepel, 2024).

Com o progresso das iniciativas de segurança pública desde os anos 2000, a Polícia Militar do Paraná integrou-se a programas como o “Paraná Seguro”, cujo objetivo era coordenar ações de prevenção e repressão utilizando indicadores de criminalidade e mapas de calor. Esse sistema fundamentava-se na detecção de áreas problemáticas e no aumento da presença policial, buscando superar a informalidade histórica das operações e promover uma abordagem de segurança fundamentada em dados (Sampaio, 2018).

A instituição começou a destinar recursos para a capacitação de seus policiais através da Academia Policial Militar do Guatupê, que se encarrega de aprimorar o preparo dos oficiais em aspectos técnicos, éticos e estratégicos. A ênfase na formação profissional passou a ser um aspecto fundamental para a superação de condutas autoritárias e para a adequação da PMPR aos preceitos constitucionais que asseguram a dignidade humana e o respeito aos direitos básicos (Zwir; Cavalheiro, 2022).

Um ponto significativo na trajetória da instituição foi a adoção de tecnologias de informação e comunicação para auxiliar nas operações. O estabelecimento de centros de comando integrados, a implementação de câmeras de videovigilância e a utilização de sistemas de comunicação criptografados possibilitaram uma coordenação mais eficaz entre as forças policiais, assim como uma resposta mais eficiente a situações de emergência, especialmente em tempos de crise (Lima; Silva, 2017).

A Polícia Militar do Paraná tem se dedicado a implementar práticas de policiamento comunitário com o objetivo de fortalecer a confiança da sociedade. Esse enfoque busca engajar líderes da comunidade, ouvir atentamente as necessidades sociais e intervir de maneira preventiva em situações de conflito urbano, especialmente em áreas que enfrentam exclusão socioeconômica e altos índices de violência.

Na área de administração institucional, a PMPR começou a implementar instrumentos para mensurar desempenhos, realizar auditorias internas e estabelecer protocolos uniformes de atendimento, com o intuito de aumentar a transparência e o controle sobre as ações administrativas e operacionais. Essas ações fazem parte das iniciativas do Estado para promover uma cultura de integridade pública e responsabilidade social entre as forças de segurança (Figueiredo, 2017).

O progresso da tecnologia impactou igualmente os métodos de inteligência nas forças policiais, com ênfase no emprego de programas de análise criminal, reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e sistemas de alerta conectados a bancos de dados nacionais. Essas ferramentas são empregadas na prevenção de crimes, na identificação de padrões de conduta delitiva e na condução de investigações mais eficientes.

Durante seu percurso histórico, a PMPR experienciou períodos de tensão social, especialmente em situações de mobilizações populares e confrontos diretos com movimentos sociais. Esses acontecimentos geraram discussões na sociedade acerca do emprego da força e dos limites da atuação policial em democracias, destacando a importância da capacitação contínua e da supervisão rigorosa das práticas institucionais (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

A construção da legitimidade da Polícia Militar como uma entidade que defende a sociedade está historicamente relacionada à sua habilidade de se adaptar às mudanças na realidade social. Para passar de um modelo puramente repressivo para um que priorize a proteção dos direitos, é necessário promover valores éticos, capacitar os profissionais e fomentar o diálogo com a comunidade (Zwir; Cavalheiro, 2022).

A trajetória da PMPR também demonstra progressos na interação com outras entidades do sistema de justiça e de proteção social, incluindo o Ministério Público, o Judiciário e os Conselhos de Segurança. Essa colaboração entre instituições reforça a efetividade das políticas de segurança pública e facilita um maior acompanhamento social da atuação policial (Bonamigo; Pedro; Melgaço, 2016).

A trajetória histórica da Polícia Militar do Estado do Paraná deve ser analisada em conjunto com as mudanças políticas, econômicas e culturais que ocorreram no Brasil. A instituição reflete as complexidades do Estado brasileiro e seus esforços em equilibrar ordem, progresso e direitos. Entender esse processo é essencial para uma avaliação crítica de sua atuação contemporânea e para sugerir formas de aprimoramento.

Estratégias Operacionais e Tecnológicas na Segurança Pública Paranaense

A mudança nos padrões de criminalidade no Paraná tem levado a Polícia Militar a desenvolver novas estratégias operacionais, fundamentadas em dados concretos e apoiadas por tecnologias de ponta. Para que a atuação policial seja eficaz e legítima, é essencial realizar uma análise detalhada das informações, integrar-se a outras instituições e adotar abordagens que respeitem os direitos

fundamentais. O Estado tem direcionado recursos para estabelecer um modelo de segurança inteligente, em que o planejamento tático e operacional se entrelaça com os princípios constitucionais da legalidade e da dignidade humana.

A implementação do policiamento guiado por dados vem se destacando como uma das inovações operacionais mais significativas da PMPR. Este modelo fundamenta-se na coleta e na análise de informações relacionadas a incidentes, horários, locais e características dos crimes, possibilitando uma alocação mais eficiente dos recursos humanos e materiais. A utilização de softwares de georreferenciamento e de plataformas digitais, como o Sistema de Gestão de Ocorrências (SGO), apoia a tomada de decisões mais precisas no enfrentamento da criminalidade (Flores, 2021).

A corporação tem adotado gradualmente ferramentas de inteligência artificial com o objetivo de aumentar a capacidade de previsão nas operações policiais. Esses sistemas possibilitam a identificação de padrões de comportamento, a análise de extensos conjuntos de dados e a detecção de áreas suscetíveis a crimes. No estado do Paraná, a implementação de câmeras que realizam a leitura automática de placas veiculares tem demonstrado eficácia no monitoramento de veículos roubados, assim como na mitigação de infrações de trânsito e atividades de tráfico.

A iniciativa de videomonitoramento conectada a bancos de dados governamentais tem se destacado como uma das principais abordagens tecnológicas da PMPR. Este sistema, gerenciado a partir de centros de comando e controle, possibilita a supervisão em tempo real de ocorrências em locais estratégicos, como áreas urbanas, instituições de ensino e pontos de alta movimentação. Dessa forma, a atuação policial se torna mais ágil e eficaz, principalmente em casos de ocorrência imediata (Neppel, 2024).

As atividades de patrulhamento, sejam motorizadas, a pé ou com drones, foram reformuladas com base na análise estatística dos índices de criminalidade. A divisão do território em áreas críticas permite a elaboração de rotas flexíveis e a utilização eficiente dos recursos, minimizando a redundância nos esforços e ampliando a eficácia da supervisão. O uso de monitoramento aéreo, por exemplo, tem se mostrado uma tática essencial em eventos de grande porte e em circunstâncias de alto risco (Lima, 2021).

A colaboração da PMPR com o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) aprimorou a atuação colaborativa entre diferentes órgãos de segurança e defesa civil. Esse formato cooperativo viabiliza a troca instantânea de informações, a implementação de protocolos uniformes e a coordenação integrada de ações em situações de alta complexidade. Essa organização simboliza um progresso na interoperabilidade institucional e no combate a ameaças sistêmicas (Lima; Silva, 2017).

As patrulhas ostensivas estão se conectando com projetos de policiamento de proximidade, reforçando a atuação preventiva nas comunidades e o contato com líderes locais. Essa abordagem estratégica visa diminuir a sensação de insegurança e aumentar a percepção de segurança, aspectos essenciais para o fortalecimento

da cidadania. A atuação constante e visível da PMPR em regiões vulneráveis ajuda a desencorajar atos ilícitos e a promover a paz em áreas conflituosas (Minayo; Adorno, 2013).

A formação técnica dos agentes é um elemento fundamental para a adoção das novas estratégias operacionais. A PMPR dedica-se à capacitação contínua, oferecendo cursos de atualização tecnológica, treinamentos em simulações táticas e módulos focados em ética, legislação e uso progressivo da força. Essa abordagem de qualificação tem como objetivo preparar os profissionais para os desafios atuais da segurança pública e atender às demandas legais e sociais inerentes à função (Zwir; Cavalheiro, 2022).

As forças especializadas, como o Batalhão de Polícia de Choque e as Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), possuem sua eficácia aumentada por meio de sistemas de comunicação codificados e acesso a bases de dados em tempo real. Essa configuração proporciona maior mobilidade, rapidez nas decisões e maior precisão nas informações operativas. A atuação desses grupos em cenários de maior risco é vital para o combate a organizações criminosas e delitos de elevado grau de complexidade (Sampaio, 2018).

A reestruturação da logística e da infraestrutura da PMPR ocorreu com a implementação de sistemas informatizados para gerenciar a frota, armamentos, equipamentos e efetivos. A utilização de rastreamento via GPS e sistemas automáticos de abastecimento melhora a utilização dos recursos públicos e proporciona maior eficácia na gestão do sistema de segurança. Essas ações também promovem mais transparência e controle sobre a utilização dos bens públicos.

A criação de aplicativos voltados para o atendimento ao público, como o 190 Mobile, possibilitou à PMPR melhorar sua interação com os cidadãos. Essas ferramentas oferecem a opção de registrar ocorrências, fazer denúncias anônimas e acompanhar solicitações em tempo real. Essa abordagem tecnológica enriquece o acesso à segurança pública e reforça a conexão entre a corporação e a sociedade, incentivando uma cultura de envolvimento ativo (Neppel, 2024).

O emprego de drones para supervisão de regiões de risco ou de difícil acesso passou a ser uma prática comum na Polícia Militar do Paraná. Essa tecnologia oferece imagens imediatas, apoia o planejamento das operações e ajuda na identificação de rotas de escape e locais com maior incidência criminal. A adoção de aeronaves controladas remotamente integra o processo de modernização dos recursos táticos da corporação.

A alocação de recursos para a segurança digital e a salvaguarda de informações é um fator significativo nas abordagens tecnológicas em uso. Com a contínua digitalização das atividades, torna-se essencial implementar diretrizes rigorosas para a proteção de dados, visando prevenir incidentes como vazamentos, sabotagens e o uso inadequado de informações sensíveis. A PMPR tem estabelecido normas internas para assegurar a integridade de seus sistemas de informação e a confiabilidade de suas atividades (Flores, 2021).

A análise preditiva e a mineração de dados têm sido empregadas para reconhecer padrões criminosos e prever incidentes violentos. Essa metodologia científica aplicada à segurança pública viabiliza a formulação de estratégias preventivas de maneira mais eficaz, reduzindo a incidência de crimes e otimizando os resultados das intervenções policiais. A combinação de variáveis socioeconômicas e geográficas também permite a criação de perfis de risco mais precisos (Catanni, 2024).

As táticas tecnológicas e operacionais da PMPR demonstram uma mudança de uma abordagem reativa para uma abordagem proativa na segurança pública. Ao focar na prevenção e em ações de inteligência, a instituição passa a operar com fundamentos em dados concretos e análises precisas sobre a criminalidade. Esse enfoque fortalece sua legitimidade como órgão público e a percepção de sua eficácia pela população do Paraná.

Desafios Éticos e Institucionais na Consolidação de uma Atuação Cidadã

A consolidação de uma presença cidadã da Polícia Militar do Estado do Paraná requer um enfrentamento constante de questões éticas, estruturais e institucionais, dentro do âmbito de um Estado democrático de direito. A atuação dessa instituição precisa ir além do uso da força, integrando princípios como legalidade, proporcionalidade e respeito aos direitos humanos. Isso implica não apenas na revisão de procedimentos operacionais, mas também na reconfiguração de valores institucionais que apoiem a legitimidade e fomentem a confiança da população (Zwir; Cavalheiro, 2022).

O maior dilema ético que as forças policiais enfrentam está relacionado à aplicação justificada da força. Apesar de a Constituição Federal permitir a intervenção do Estado para manter a ordem, essa autoridade precisa ser utilizada de maneira razoável e legal. As ações da PMPR em situações de conflito social, como protestos e intervenções em comunidades em situação de vulnerabilidade, frequentemente revelam uma discrepância entre a força utilizada e os princípios democráticos que devem guiar o exercício da autoridade (Silva, 2015).

A formação dos policiais militares é um aspecto crucial para desenvolver uma conduta ética. É essencial incluir disciplinas que abordem a ética profissional, os direitos humanos e a resolução de conflitos, pois isso pode transformar a cultura organizacional da instituição. Sem essa base, a tendência é que a abordagem repressiva prevaleça sobre a de proteção, prejudicando o exercício da cidadania e promovendo a continuidade de ações abusivas.

As disparidades sociais no estado do Paraná apresentam desafios particulares para a Polícia Militar do Paraná, especialmente nas áreas urbanas periféricas. Nesses locais, o estigma, a discriminação e o racismo sistemático prejudicam a interação entre a comunidade e a polícia, dificultando a construção de uma relação de confiança. Para revertê-las, é necessário que a instituição se

dedique a implementar políticas de inclusão, capacitação contra a discriminação e o fortalecimento do policiamento comunitário (Bonamigo; Pedro; Melgaço, 2016).

A clareza institucional é um aspecto crucial para a consolidação da cidadania policial. A publicação de informações públicas sobre operações, estatísticas de violência, utilização da força e reclamações disciplinares é fundamental para o controle social e a responsabilização de policiais e administradores. A PMPR tem progredido nesse sentido, embora ainda sofra resistência interna no que diz respeito à revelação de suas fragilidades e erros operacionais.

O sistema interno de corregedoria deve ser aprimorado para assegurar uma investigação justa e rápida de atitudes que não estejam alinhadas com os princípios do serviço público. Combater a impunidade dentro da instituição é essencial para estabelecer uma reputação de confiança e compromisso ético na PMPR. A implantação de mecanismos independentes de supervisão externa, como as ouvidorias e os conselhos comunitários, fortalece esse avanço (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

A presença do militarismo na organização da PMPR estabelece barreiras para o desenvolvimento de uma atuação verdadeiramente cidadã. A estrutura hierárquica e o rigor disciplinar podem, em determinadas situações, comprometer a capacidade crítica dos profissionais e fomentar a obediência inquestionável a ordens, mesmo que estas conflitem com os princípios legais. É necessário reavaliar esse modelo à luz da Constituição, que demanda das forças públicas o respeito à dignidade do ser humano como um valor fundamental.

A pressão por alcançar resultados e números pode levar a distorções nas ações da polícia. A necessidade de produtividade, frequentemente expressa em termos de detenções, apreensões e operações, pode promover práticas inadequadas e discriminatórias, que se afastam do interesse geral. É fundamental implementar métricas que priorizem a qualidade e o impacto social, ressaltando a importância da prevenção, da resolução pacífica de disputas e do fortalecimento da segurança emocional (Flores, 2021).

Avalorização da saúde mental dos agentes policiais é um ponto frequentemente esquecido, porém fundamental para o desempenho ético das funções públicas. O estresse no trabalho, a constante vivência de situações violentas e a deterioração das condições laborais resultam em distúrbios mentais e prejudicam a habilidade de fazer escolhas racionais. A Polícia Militar do Paraná precisa fortalecer suas estratégias de apoio psicossocial e ações de prevenção ao suicídio entre seus membros.

A comunicação institucional da PMPR deve se ajustar a uma sociedade que está se tornando cada vez mais interligada e que demanda informações com maior vigor. A administração da imagem pública, o enfrentamento da desinformação e a realização de campanhas educativas são táticas essenciais para fortalecer a confiança da comunidade e evitar conflitos que possam surgir da falta de entendimento sobre as ações da polícia (Lima, 2021).

A eficácia da atuação dos cidadãos está ligada ao desenvolvimento de uma cultura organizacional que priorize a escuta e o diálogo com a sociedade. A PMPR precisa reforçar os meios de participação da população, como os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), além de integrar as demandas sociais em sua estratégia de planejamento. Tal interação favorece a legitimação das atividades policiais e o alinhamento com as aspirações democráticas.

A representação de mulheres e grupos étnico-raciais na Polícia Militar do Paraná é ainda limitada, evidenciando a urgência de políticas afirmativas que incentivem a diversidade na instituição. A variedade de perspectivas e vivências dentro da corporação fortalece a habilidade de lidar com diferentes realidades sociais e diminui ações discriminatórias, favorecendo a justiça na segurança pública.

A participação ativa da PMPR na cidadania exige uma atuação conjunta com diferentes setores das políticas públicas, como educação, saúde e assistência social. A segurança pública não deve ser abordada de maneira isolada, uma vez que a violência está intimamente relacionada a fatores estruturais. A colaboração entre setores é essencial para prevenir conflitos e promover a criação de ambientes seguros (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

A valorização da carreira é um aspecto essencial. Salários inadequados, excesso de trabalho e a falta de reconhecimento por parte da instituição desanimam os profissionais e comprometem seu comprometimento ético. A PMPR deve priorizar a implementação de planos de carreira, recompensas por desempenho e assegurar condições de trabalho adequadas para estabelecer uma cultura de responsabilidade e comprometimento com o serviço público.

A compreensão da complexidade da função do policial militar é fundamental para promover uma ação mais cidadã. Esse profissional precisa estar apto a lidar com situações extremas, resolver conflitos, preservar vidas e garantir a ordem, sempre fundamentado em princípios éticos. Dessa forma, é essencial deixar de lado perspectivas simplificadoras e investir na formação crítica e humanizada dos agentes (Sampaio, 2018).

A efetivação de uma atuação cidadã pela PMPR demanda uma significativa reforma em suas estruturas institucionais, éticas e culturais. Essa transformação não ocorre de forma instantânea, mas necessita de um comprometimento político, de investimentos contínuos, da participação da sociedade e de um desejo interno por mudanças em relação a práticas autoritárias. Apenas dessa maneira será viável converter a corporação em um verdadeiro agente de promoção da paz e da justiça social.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a pesquisa bibliográfica como seu principal método de investigação, analisando trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e fontes institucionais que discutem a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná na área de segurança pública. Essa opção metodológica é adequada devido à natureza

qualitativa da pesquisa, cuja meta é entender, interpretar e debater de forma crítica as estratégias operacionais, tecnológicas e ético-institucionais da corporação, fundamentando-se em teorias estabelecidas e dados secundários recentes (Gil, 2017).

A abordagem adotada consiste na coleta sistemática e cuidadosa de trabalhos científicos veiculados em revistas especializadas, tanto nacionais quanto internacionais, além de teses, dissertações, legislações e relatórios de instituições, focando nas publicações realizadas entre 2015 e 2025. Essa escolha temporal visa assegurar a atualidade dos assuntos examinados e sua compatibilidade com os desafios atuais da segurança pública no Paraná e no Brasil. As referências foram escolhidas de acordo com sua importância temática e rigor científico (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

A avaliação dos dados reunidos foi efetuada por meio de uma leitura crítica, categorização por temas e sistematização das principais contribuições dos autores. O processo consistiu na estruturação das informações em eixos temáticos, que se alinham com os capítulos desta pesquisa: contexto histórico, estratégias operacionais e desafios institucionais. Essa organização possibilitou a identificação de repetições, contradições e lacunas nas pesquisas existentes, auxiliando na elaboração de uma síntese argumentativa sólida (Flores, 2021).

A pesquisa incluiu documentos oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná, como guias operacionais, dados sobre criminalidade e iniciativas implementadas pela corporação nas áreas de inovação tecnológica e policiamento comunitário. Esses documentos serviram como base de informação empírica, enriquecendo os dados teóricos com evidências práticas e contextuais. A articulação dessas fontes proporcionou uma análise mais aprofundada e uma representação mais fiel da realidade da instituição em questão (Neppel, 2024).

A abordagem bibliográfica utilizada vai além da simples reprodução de conceitos, promovendo uma interpretação crítica das fontes escolhidas. A investigação interage com várias correntes teóricas da sociologia, do direito e das ciências policiais, com o objetivo de entender a complexidade das ações institucionais da PMPR. A variedade de fontes foi vista como uma estratégia para assegurar diferentes perspectivas e enriquecer a discussão acadêmica (Minayo; Adorno, 2013).

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela sua habilidade em investigar as dimensões subjetivas, simbólicas e normativas da atuação da polícia, elementos que não são totalmente compreendidos por métodos quantitativos. A segurança pública, entendida como uma política estatal, abrange diversos fatores sociais, culturais e institucionais, necessitando de uma análise que considere o contexto e a interpretação. A adoção de uma metodologia qualitativa permitiu entender os significados conferidos às práticas e aos discursos da PMPR (Silva, 2015).

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em plataformas como Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e repositórios de universidades tanto

públicas quanto privadas. As palavras-chave selecionadas foram “Polícia Militar do Paraná”, “segurança pública”, “tecnologia policial”, “ética institucional” e “policiamento comunitário”. Os critérios para a escolha das fontes incluíram a atualidade, a relevância para o tema, a reputação acadêmica do autor e o caráter científico da publicação (Catanni, 2024).

Com o objetivo de assegurar a precisão metodológica, todas as fontes consultadas foram corretamente citadas segundo as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conferindo legitimidade científica à pesquisa. A sistematização das citações e referências bibliográficas foi efetuada através do software Mendeley, que facilitou a administração das fontes e a uniformização da formatação das referências no texto final (Figueiredo, 2017).

A técnica de análise de conteúdo foi selecionada para investigar o material bibliográfico, possibilitando a identificação de categorias principais, ideias prevalentes e componentes estruturais nas obras escolhidas. Essa abordagem também facilitou a comparação entre autores e a elaboração de sínteses teóricas, essenciais para uma compreensão mais profunda do tema em questão. A categorização temática contribuiu para a definição dos capítulos e para a organização coerente dos argumentos (Gil, 2017).

A natureza exploratória do estudo possibilitou a criação de hipóteses interpretativas sobre a função da PMPR na promoção da segurança pública. Embora não seja uma pesquisa prática com a coleta de dados originais, a metodologia utilizada fornece fundamentos teóricos sólidos para entender os desafios e as estratégias na ação policial. Essa característica se revela especialmente valiosa para a elaboração de futuras propostas de pesquisa ou de intervenções institucionais (Bonamigo; Pedro; Melgaço, 2016).

As restrições metodológicas da pesquisa estão relacionadas à falta de entrevistas com integrantes da organização e representantes da comunidade, o que poderia ter enriquecido a análise prática das questões éticas e operacionais. No entanto, essa limitação foi compensada pela variedade e atualização das fontes bibliográficas e documentais empregadas. O estudo também levou em conta diferentes pontos de vista institucionais, o que ajudou a promover um equilíbrio na análise (Sampaio, 2018).

A adoção de perspectivas interdisciplinares expandiu o horizonte da análise, possibilitando uma visão integrada dos fenômenos estudados. A conexão entre direito, sociologia, administração pública e tecnologia da informação foi crucial para entender as diversas dimensões que cercam a atuação policial. Essa abordagem destaca o aspecto complexo da segurança pública e a importância de ações colaborativas entre diferentes campos do conhecimento.

O planejamento metodológico apresentado desempenha um papel crucial na solidez científica da investigação, pois guia a seleção das fontes, a análise dos dados e a elaboração das argumentações. A harmonia entre o problema da pesquisa, as metas estabelecidas e os métodos utilizados reforça a credibilidade do trabalho. Assim, a abordagem bibliográfica, combinada com a análise qualitativa, se revela apropriada para a essência e a complexidade do assunto abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das referências bibliográficas possibilitou entender que a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná está em constante transformação, sendo influenciada por diversos aspectos históricos, sociais, políticos e tecnológicos. A segurança pública, enquanto uma política do governo, requer da PMPR ações que vão além da sua função repressiva tradicional, integrando a corporação em uma abordagem de prevenção, inteligência territorial e responsabilidade ética.

A análise histórica revelou que a formalização da PMPR foi intensamente influenciada por uma abordagem militarista, com raízes firmes em épocas de autoritarismo no Brasil. Essa herança institucional continua a impactar suas ações diárias, especialmente em contextos de conflitos sociais, onde a hierarquia e a submissão prevalecem sobre a autonomia crítica dos profissionais (Sampaio, 2018).

A organização da PMPR demonstra um modelo de hierarquia vertical, onde as decisões de natureza estratégica e operacional estão centralizadas nas camadas superiores. Essa concentração de poder dificulta a capacidade da corporação de se adaptar a diferentes contextos territoriais e prejudica a eficácia de iniciativas preventivas, principalmente em regiões com elevados índices de vulnerabilidade social (Bonamigo; Pedro; Melgaço, 2016).

A avaliação das informações indica que o aporte financeiro em tecnologia tem sido crucial para a atualização das atividades policiais no Estado do Paraná. A implementação de sistemas de monitoramento por vídeo, programas de gestão operacional, identificação de placas e a aplicação de inteligência artificial têm auxiliado na elaboração de estratégias táticas e na diminuição de crimes em regiões urbanas vulneráveis (Neppel, 2024).

A aplicação de técnicas de inteligência artificial e de análise preditiva tem se revelado eficiente no enfrentamento do crime organizado, principalmente nas regiões limítrofes do estado. A colaboração com bases de dados em níveis federal, estadual e municipal possibilita reconhecer padrões de criminalidade e prever incidentes com maior exatidão, aprimorando a utilização das forças de segurança.

Apesar das inovações tecnológicas, a pesquisa revela que a formação técnica e ética dos profissionais continua a ser um desafio fundamental para a instituição. A falta de educação continuada e a carência de treinamentos em direitos humanos prejudicam a credibilidade das operações policiais e tornam mais complexa a relação com a sociedade civil (Zwir; Cavalheiro, 2022).

A atuação da Polícia Militar do Paraná em situações de desigualdade social demonstra uma inclinação para a seletividade na aplicação da lei. Comunidades marginalizadas e grupos étnicos têm sido os principais alvos de abordagens, detenções e supervisão, o que evidencia a presença de práticas discriminatórias enraizadas. Esse fenômeno foi detectado em várias pesquisas, evidenciando a necessidade urgente de implementar políticas antirracistas na área da segurança pública (Minayo; Adorno, 2013).

Os dados sobre homicídios e relatos de abuso de poder indicam uma falha na estrutura interna de responsabilização da instituição. Apesar da presença de corregedorias e ouvidorias, os sistemas de controle externo continuam sendo frágeis e necessitam de maior independência funcional e autonomia política para conduzir investigações sobre violações de maneira efetiva.

A polícia comunitária se apresenta como uma abordagem eficaz para estabelecer relacionamentos de confiança entre a polícia e a comunidade. Casos implementados em regiões de Curitiba e Londrina mostram que a escuta atenta, a mediação de desavenças e a solução pacífica de questões contribuem para aumentar a percepção de segurança e diminuir os níveis de criminalidade (Lima; Silva, 2017).

A administração orientada por resultados, embora seja eficaz na avaliação de desempenho, tem provocado distorções nas práticas operacionais da PMPR. A pressão por métricas numéricas, como quantidade de abordagens e detenções, pode resultar na implementação de metas desumanizadoras, prejudicando a qualidade do atendimento à população (Flores *et al.*, 2021).

A participação da PMPR em grandes eventos, como protestos e competições esportivas, tem sido caracterizada por táticas repressivas e emprego excessivo da força. Essas situações foram consistentemente documentadas em relatórios de instituições de direitos humanos, evidenciando a urgência de uma revisão nos procedimentos de controle de tumultos (Silva, 2015).

A colaboração da PMPR com outras instituições do sistema de segurança pública é essencial para a efetividade de suas atividades. A cooperação com a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal e Defesa Civil possibilita uma maior cobertura geográfica, agilidade nas respostas e uma troca de informações estratégicas (Figueiredo, 2017).

A ética no exercício da profissão policial é um dos fundamentos abordados nos documentos examinados. É essencial fomentar, desde a formação básica, o desenvolvimento de uma identidade institucional alicerçada no respeito, na neutralidade e na conformidade com a lei. A persistência de práticas autoritárias e uma cultura de conflito em certos segmentos da corporação resultam em um afastamento da comunidade (Zwir; Cavalheiro, 2022).

A presença da PMPR nas zonas rurais e nas comunidades indígenas é pouco registrada, sinalizando uma falta de reconhecimento institucional dessas comunidades. A carência de diretrizes específicas para essas situações complica a resposta às necessidades de segurança e acentua a desigualdade geográfica no que diz respeito ao acesso à proteção do Estado (Bueno; Lima; Mingardi, 2016).

Tabela 1 – Contribuições teóricas e metodológicas dos autores utilizados na pesquisa.

Autor(es)	Contribuição principal	Tipo de Fonte	Ano
Bueno; Lima; Mingardi	Análise crítica das políticas públicas de segurança e estrutura do Estado policial	Artigo científico	2016
Bonamigo; Pedro; Melgaço	Cartografia das violências urbanas e dispositivos de vigilância	Capítulo de livro	2016
Neppel	Aplicações tecnológicas no contexto da PMPR	Artigo científico	2024
Catanni	Uso da inteligência artificial na segurança pública	Artigo jornalístico acadêmico	2024
Zwir; Cavalheiro	Ética profissional na atuação policial	Relatório institucional	2022
Minayo; Adorno	Risco e conduta policial em contextos vulneráveis	Artigo científico	2013
Figueiredo	Papel da gestão da informação na segurança pública	Documento técnico (IPEA)	2017
SamPaio	Análise dos modelos incrementais de segurança pública no Paraná	Trabalho de Conclusão de Curso	2018
Lima; Silva	Gestão da segurança da informação em regiões interioranas	Artigo acadêmico	2017
Flores <i>et al.</i>	Paradigmas sistêmicos da informação na segurança pública	Artigo científico	2021

Fonte: Elaboração própria, com base nas referências da pesquisa.

A presença online da PMPR, através do desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis, plataformas de denúncia e a promoção de ações nas redes sociais, marca um progresso na comunicação da instituição. No entanto, permanecem lacunas em relação à transparência de informações delicadas, como dados sobre letalidade policial e processos disciplinares internos (Neppel, 2024).

As abordagens inovadoras na administração da segurança pública, incluindo a aplicação de drones, robótica e tecnologia de reconhecimento facial, indicam uma rápida evolução tecnológica. Estudos enfatizam a necessidade de uma regulamentação adequada e de supervisão social desses equipamentos, a fim de evitar seu emprego em situações de vigilância excessiva (Catanni, 2024).

A abordagem de policiamento visível implementada pela PMPR necessita de estratégias territoriais direcionadas a grupos em condição de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, migrantes e dependentes de substâncias psicoativas. A falta de integração com as políticas de assistência social compromete a abordagem das causas estruturais da insegurança.

A conexão entre a PMPR e os movimentos sociais é caracterizada por conflitos históricos, evidenciando uma cultura interna que tende a criminalizar a oposição

política. Tal atitude compromete o desenvolvimento de uma prática cidadã voltada para a salvaguarda de direitos e o reconhecimento da diversidade das expressões sociais e culturais (Sampaio, 2018).

A avaliação revela que o desenvolvimento de uma prática cidadã demanda a renúncia a métodos autoritários e a adoção de valores democráticos na cultura organizacional da PMPR. Embora esse processo seja gradual, ele é essencial para que a segurança pública se torne uma ferramenta de proteção dos direitos e de fomento à justiça social (Minayo; Adorno, 2013).

Os resultados alcançados apoiam a concepção de que a segurança pública no Paraná, quando fundamentada em abordagens operacionais eficazes, ética nas instituições e dedicação aos direitos humanos, possui a capacidade de se tornar um modelo a ser seguido em todo o país. A efetivação dessa mudança requer vontade política, engajamento da sociedade e o comprometimento da corporação com seu próprio processo de reformulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo técnico desenvolvido nesta pesquisa evidenciou que a Polícia Militar do Paraná exerce uma função diversificada na promoção da segurança pública, necessitando de um aprimoramento constante de suas práticas institucionais, operacionais e éticas. A trajetória histórica da instituição ilustra sua adaptação gradual às demandas de um Estado democrático, embora ainda existam vestígios de uma abordagem militarizada que impede a efetivação de uma atuação completamente cidadã. Entender esse cenário é essencial para sugerir intervenções que sejam estruturais e alinhadas aos princípios da Constituição.

As informações coletadas por meio de pesquisa bibliográfica demonstram que os aportes em tecnologia da informação e inteligência operacional têm fortalecido a atuação da PMPR no combate ao crime, especialmente em locais urbanos com maior vulnerabilidade. A implementação de recursos como videomonitoramento, inteligência artificial e sistemas de dados integrados contribui para um planejamento estratégico mais eficaz, diminuindo a necessidade de ações aleatórias e ampliando a capacidade de previsão da instituição. No entanto, essas inovações devem ser acompanhadas de regulamentações adequadas para prevenir abusos de autoridade e assegurar a legalidade das ferramentas empregadas.

Sob a ótica ética e organizacional, a pesquisa apontou desafios relevantes ligados à qualificação profissional, à responsabilização em casos disciplinares e à justiça no atendimento à sociedade. A continuidade de práticas discriminatórias, a imposição de metas operacionais e a fragilidade dos mecanismos de supervisão interna evidenciam a urgência de uma reavaliação do modelo de gestão da polícia. É essencial que a PMPR implemente políticas que valorizem os profissionais, aumente o diálogo com a comunidade e reforce sua cultura organizacional pautada na ética pública, na legalidade e no respeito aos direitos humanos.

A efetivação de uma atuação cidadã pede algo além da utilização eficaz da força: demanda empatia social, comunicação com a comunidade e habilidade para se conectar com outras áreas de políticas públicas, como educação, saúde e assistência social. A segurança pública deve ser vista como um produto de um esforço coletivo e multidisciplinar, e não como uma tarefa exclusiva das forças policiais. Nesse contexto, a PMPR deve intensificar sua participação em redes de proteção social e aprimorar suas abordagens de policiamento comunitário, priorizando a prevenção, a mediação de conflitos e o fortalecimento dos laços de confiança com a população.

Assim, a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná na promoção da segurança pública se conecta diretamente ao seu compromisso com a conformidade legal, a adoção de inovações tecnológicas e a ética organizacional. O futuro da segurança pública no Paraná depende da habilidade da PMPR em ajustar sua estrutura operacional aos valores democráticos, mantendo sempre em foco sua função primordial de proteger vidas e garantir a ordem. As mudanças verificadas nos últimos anos mostram um horizonte positivo, mas demandam cautela, constante revisão de procedimentos e um engajamento robusto da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- BONAMIGO, Irme Salete; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; MELGAÇO, Lucas. **(In)Segurança pública: cartografia de relações entre dispositivos de vigilância, políticas públicas e violências em espaços urbanos contemporâneos**. 2016. Disponível em: https://lavits.org/wp-content/uploads/2017/08/P2_Salete_et.al.pdf. Acesso em: 01. 07. 2025.
- BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio De; MINGARDI, Guaracy. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01. 07. 2025.
- CATANNI, Frederico. Uso da inteligência artificial como ferramenta para criminalidade. **Conjur**, 2024. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2024-fev-11/uso-da-inteligenciaartificial-como-ferramenta-para-criminalidade>>. Acesso em: 01. 07. 2025.
- FIGUEIREDO, Isabel. **A Gestão de Informações e o Papel da Senasp**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8073>. Acesso em: 01. 07. 2025.
- FLORES, Higor Serra; *et al.* A segurança pública brasileira no paradigma do sistema de informação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 7, n. 2, fev., 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/960/444>. Acesso em: 01. 07. 2025.
- LIMA, Gabriel Domingues de. Gestão da segurança pública no Brasil: a utilização da tecnologia a favor da sociedade. **GETEC**, v. 10, n. 25, p. 101-118, 2021.

Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2361>. Acesso em: 01. 07. 2025.

LIMA, Thiago Fernando das Chagas; SILVA, Adailton Soares da. **Centro integrado de comunicação: Gestão da segurança da informação na segurança pública na região de Paulo Afonso –BA**. 2017. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/12/centro_integrado_de_comunicacao.pdf. Acesso em: 01. 07. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2013, v.18, n.3, p.585-593. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/t7svDwddwHy9GDb8NPsqWgt/abstract/?lang=pt>. Acesso em : 01. 07. 2025.

NEPPEL, Márcio Rogério. Tecnologias atuais para a segurança pública no estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.10, n.1, p. 1553-1574, jan., 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/66436/47402>. Acesso em: 01. 07. 2025.

SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Os Modelos Incremental e Garbage Can nas Políticas Públicas de Segurança no Estado do Paraná: do Policiamento Modular ao Paraná Seguro**. Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018. Disponível em: https://politicaspUBLICAS.weebly.com/uploads/5/3/9/6/5396788/trabalho_de_conclus%C3%A3o_-_pedro_paulo_porto_de_sampaio.pdf. Acesso em: 01. 07. 2025.

SCHWAMBACH, Ricardo. O emprego de inteligência artificial na Polícia Militar do Paraná com o uso de câmeras de leitura de placa veicular. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v.10, n.1, p. 1940-1958, jan., 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/66654/47531>. Acesso em: 01. 07. 2025.

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. **38. ed. rev. e atual. Até a Emenda Constitucional nº 84, de 2/12/2014**. São Paulo: Malheiros, 2015. Disponível em: <https://estudeidireito.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/josc3a9-afonso-da-silva-curso-de-direito-constitucional-positivo-2005.pdf>. Acesso em: 01. 07. 2025.

YESMIN, Tahera, *et al.* Internet of things in healthcare for patient safety: an empirical study. **BMC Health Serv Res**, v.22, n.1, p.278, 2022. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12913-022-07620-3>. Acesso em: 01. 07. 2025.

ZWIR, Gil Alessandro; Cavalheiro, Dorian Nunes. **A Ética Profissional Do Policial Militar No Contexto Social Atual**. 2022. Disponível em: https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-07/2022_-_a_etica_profissional_do_policial_militar_no_contexto_social_atual.pdf. Acesso em: 01. 07. 2025.